



Cardoso, Daniel ORCID logoORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7864-7531>
(2017) Amores plurais situados - Para uma meta-narrativa socio-histórica do
poliamor. Tempo da Ciência, 25. pp. 12-29. ISSN 1414-3089

Downloaded from: <https://e-space.mmu.ac.uk/624054/>

Version: Accepted Version

Please cite the published version

<https://e-space.mmu.ac.uk>

Amores plurais situados – Para uma meta-narrativa socio-histórica do poliamor

Daniel Cardoso¹

Resumo: A partir de um conjunto de reflexões teóricas e socio-históricas, mas também a partir do contacto com uma vasta literatura de auto-ajuda sobre poliamor (tanto *online* como em formato físico), irei sistematizar três condições fundamentais que, argumento, explicam a emergência e rápida visibilização do poliamor enquanto formato específico e distinto de não-monogamia consensual. Essas condições fundamentais são a individuação, sexualização e psicologização da sociedade ocidental contemporânea. A compreensão do papel de cada uma destas condições para o surgimento do poliamor é central para a ligação entre poliamor, estruturas neoliberais de subjectivação e para estabelecer as bases de análise dos movimentos sociais emergentes sobre poliamor. Só através de uma abordagem situacionista é possível evitar a colonização conceptual e cultural de diversas formas de não-monogamia consensual que não originem na mesma matriz socio-histórica, e produzir saberes comprometidos com uma objectividade forte, reconhecer o papel da hegemonia da Anglo-esfera e o papel resistivo ou contra-hegemónico de outros discursos críticos sobre não-monogamias consensuais. Na matriz desta reflexão está o trabalho de Foucault (1994), Beck e Beck-Gernsheim (2003) e de Rose (1998).

Palavras-chave: poliamor, sexualização, individuação, psicologização

Situated plural loves – For a sociohistorical metanarrative of polyamory

Abstract: Based on a set of theoretical and sociohistorical reflections, but also from direct contact with a wealth of online and offline self-help literature on polyamory, I will systematize what, I argue, are the three fundamental conditions for the emergence and high visibility of polyamory as a specific and distinct form of consensual non-monogamy. These conditions are: individuation, sexualization and psychologization, as applied to contemporary western society. The understanding of the role of each of these conditions for the emergence of polyamory is fundamental to then establish the links between polyamory, neoliberal structures of subjectivation and to set the grounds for the analysis of emerging social movements around polyamory. Only through a situated approach can we avoid the conceptual and cultural colonization of a multitude of forms of consensual non-monogamies that do not share the same sociohistorical matrix, and produce strongly objective knowledges. This will also allow us to recognize the hegemonic role of the Anglosphere and the resistive or counter-hegemonic role of other critical discourses on consensual non-monogamies. The works of Foucault (1994), Beck and Beck-Gernsheim (2003) and Rose (1998) have been used as the framework for this reflexion.

Keywords: polyamory, sexualization, individuation, psychologization

¹ É Professor na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Doutoramento em Ciências da Comunicação pela UNL. Mestrado em Ciências da Comunicação, variante de Cultura Contemporânea e novas Tecnologias, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL. Email: danielcardoso@gmail.com

Introdução

A visibilidade do poliamor enquanto prática íntima, orientação relacional e nexos de acção social e política é indiscutível: em menos de duas décadas, o vocábulo entrou em dicionários de Português de Portugal, em publicações académicas em número crescente, e foi até integrado em projectos de investigação com financiamento público de vulto². A presença na imprensa é outro marcador fundamental, uma vez que promove a democratização do acesso ao conceito de não-monogâmias consensuais (NMCs), e também aí a última década tem sido prolífica, tanto em Portugal como no Brasil.

De forma sumária, pode entender-se poliamor como “a suposição [*assumption*] de que é possível, válido e valioso [*worthwhile*] manter relações íntimas, sexuais e/ou amorosas com mais do que uma pessoa” (HARITAWORN; LIN; KLESSE, 2006, p. 518), com o consentimento informado de todas as partes.

Porém, embora as definições se multipliquem, creio estar ainda por fazer uma contextualização radicalmente situada (HARAWAY, 1988) sobre o que é o poliamor enquanto estrutura ideológica e enquanto forma de subjectividade. A história da palavra em si – ou seja, os contextos em que ela surgiu, por quem surgiu e qual o entendimento da palavra que mais se disseminou – é importante para esse projecto, e foi já feito na medida do tecnologicamente possível (CARDOSO, 2011). No entanto, não é suficiente para começar a desenhar as condições macro-sociais que, como pretendo argumentar, enquadram o surgimento e disseminação do conceito de poliamor.

A minha linha argumentativa neste artigo parte do amadurecimento e actualização de alguns dos argumentos expostos durante uma apresentação na conferência *Critical Social Psychology: Discourse, Materiality and Politics*, em 2013, na cidade de Barcelona (Espanha), bem como o cruzamento com a investigação internacional feita até ao momento. Nesse evento, avancei a ideia de que os conceitos de *individuação*, *sexualização* e *psicologização* da sociedade ocidental contemporânea são indispensáveis para entender o dinamismo social em torno do poliamor (CARDOSO, 2013). As ideias aqui contidas são também profundamente devedoras do trabalho de Haritaworn e colegas (2006), onde vários dos conceitos aqui apresentados se encontram já, embora de forma mais esquemática, e sem a tripartição que estrutura este artigo.

Isto parece presumir que existe apenas uma forma de entender “poliamor”, o que entraria em contradição com a diversidade de definições que existem, e que já receberam até uma complexa representação visual (VEAUX, 2010). Não é o que se pretende afirmar – apenas desejo salientar que existem traços predominantes na construção de senso comum (intracomunitária ou não) de poliamor, com características básicas partilhadas por entre diferentes concepções do que é poliamor; inclusive isto levou já Andrea Zanin (2013) a falar de polinormatividade. Assim, quando neste texto me refiro a “poliamor”, faço-o no sentido de uma abstracção conceptual mínima partilhada, e não de práticas e modos de vida específicos, ou de diferentes posicionamentos filosóficos e políticos face ao poliamor.

Deixo também uma tentativa de contrapor possíveis más interpretações: se é verdade que considero estes três elementos como indispensáveis para a relevância actual desta, isto não implica que o poliamor surge enquanto consequência directa da confluência destas três grandes tendências. Muito menos pretendo afirmar que elas esgotam a totalidade dos fenómenos sociais relevantes para compreender o poliamor. Ao invés disso, estes três elementos ajudam a compreender porque é que *esta* forma de não-monogamia consensual

² O *ex libris* é, aqui, o Projecto INTIMATE, a cargo do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, que inclui o poliamor entre os seus temas a abordar, e que recebeu financiamento do *European Research Council* de 1.4 milhões de euros.

tem recebido tanta atenção, e os processos pelos quais ela (ou os sujeitos através dela) cria sentido social. A meta-narrativa teórica que aqui desenharei será necessariamente incompleta, na medida em que pretende servir de base para melhor compreender os contextos em que ela *não* se aplica, ou em que, aplicando-se, requer ainda assim uma readaptação ao nível meso e micro-social. Ao identificar o carácter contingente dos actuais entendimentos de poliamor, pretendo contribuir para clarificar as relações de poder envolvidas na criação e governo de subjectividades poliamorosas, mas também para criar sensibilidade política e académica para os possíveis pontos de reapropriação normativa das NMCs por parte do sistema hetero-patriarcal (WILKINSON, 2010).

Irei em seguida apresentar sumariamente a especificidade do poliamor enquanto identidade; descreverei depois cada um dos três conceitos fundamentais tratados neste artigo, relacionando-os directamente com aspectos salientes da construção de uma identidade poliamorosa arquetípica, e termino com uma leitura de conjunto que abre a possibilidade de uma abordagem mais crítica às não-monogamias em geral.

Poliamor – identidades, comportamentos e auto-identificações

Ao contrário de várias identidades que nasceram de um contexto medicalizado e patologizante (sendo os elementos da sigla LGBT os mais evidentes exemplos), a palavra “poliamor” nasceu enquanto criação autónoma de pessoas envolvidas em relações não-monogâmicas, e interessadas em falar e reflectir sobre elas. Aliás, a pluralidade de termos e neologismos que se usam em articulação com o poliamor permitem não apenas a constituição de um espaço de pertença com um vocabulário próprio, mas também um desafio político à mononormatividade (PIEPER; BAUER, 2005) da linguagem emocional disponível na cultura *mainstream* (RITCHIE; BARKER, 2006).

Desde cedo que a multiplicidade de entendimentos sobre o que é e como se caracteriza o poliamor é evidente – a própria palavra foi inventada duas vezes, em dois contextos radicalmente diferentes, no espaço de dois anos. O primeiro contexto tem conotações espirituais e religiosas – foi num grupo neopagão que se falou primeiro em “*polyamorous*” (adjectivo) em 1990 e, uns meses depois, “*polyamory*” (substantivo). O segundo contexto teve que ver com a criação de uma *mailing list* num serviço *online* – a Usenet, agora praticamente caído em desuso mas, em 1992, extremamente utilizado – para falar sobre “os aspectos românticos e emocionais de ter múltipl@s amantes” (WESP, 1992), nas palavras de Jennifer Wesp (a criadora do termo nesse contexto)³, e onde referências a questões sexuais não eram sequer bem-vindas.

A importância de notar este duplo nascimento da palavra é relevante neste contexto porque contém já, defendo eu, duas perspectivas diferentes sobre o papel da não-monogamia consensual. A perspectiva neopagã é fundamentalmente comunitarista, preocupada com a constituição de laços interpessoais mais centrados no bem comum, e numa perspectiva de união e superação das distâncias criadas pela presença de uma subjectividade vista como excessiva. O exemplo mais conhecido desta visão é possivelmente a obra de Deborah Anapol (1997). A outra perspectiva segue numa direcção quase oposta, passando pela criação de um grupo de entajuda para lidar com problemas que são vistos primariamente a partir da perspectiva do indivíduo, e da gestão das suas relações privadas como um esforço ou desafio que remete para a esfera privada emocional. Uma obra que reflecte esta abordagem (embora,

³ Para informações mais detalhadas sobre usos anteriores de “*polyamorous*” enquanto adjectivo não associado ao movimento de NMCs contemporâneo, bem como uma análise mais aprofundada da história e ramificações da palavra em si, consultar Cardoso (2011).

considero, não de forma tão evidente quanto o trabalho de Anapol reflecte a anterior) é o *The Ethical Slut* (EASTON; LISZT, 1997).

Embora seja controverso transformar o impacto destas obras em métricas objectivas, usarei aqui o *ranking* do topo de vendas geral da Amazon norte-americana como uma forma possível de avaliar o quão disseminados ambos os livros foram: o de Deborah Anapol está no lugar número 133156, ao passo que o de Easton e Liszt está no lugar número 101889. No entanto, ambas as obras partilham um pormenor que convém atentar: têm uma versão mais recente (Anapol publicou *Polyamory in the 21st Century* em 2012, e Easton, junto com Hardy – a mesma pessoa que escreveu sob o pseudónimo Liszt – publicaram uma nova versão de *The Ethical Slut* em 2009). Recolhendo os mesmos dados sobre estas obras, a primeira está no lugar número 116318, e a segunda no lugar número 4441⁴. A partir destes dados, mas também através do contacto directo com um sem-fim de artigos de imprensa, textos de opinião, e contacto directo com grupos dedicados ao tema, creio ser possível afirmar que a visão individualista e centrada no sujeito desenvolveu muito maior projecção do que a visão comunitarista e de cunho mais espiritual⁵. Outros elementos reforçam esta conclusão: Tiidenberg (2014), ao referenciar várias definições de poliamor, nota como elementos de individualidade e autodeterminação são fundamentais em várias delas; argumentei também já, a partir da análise de um ano de e-mails trocados na *mailing list* referida acima, que a constituição de uma subjectividade poliamorosa se faz através de processos de auto-reflexividade, estabelecimento de comunicação honesta, trabalho emocional e reflexão sobre a distribuição de poder em contexto relacional (CASCAIS; CARDOSO, 2012).

Esta tendência não se limita à evolução do conceito de poliamor. Como já anteriormente defendido (CARDOSO, 2010), o poliamor pode ser visto como uma iteração das configurações tornadas inteligíveis pela deslocação macrosocial para o que Anthony Giddens (1993) chama de “relação pura”, “uma situação onde se entra numa situação social tendo como objectivo a relação em si [...] [e que] faz parte de uma reestruturação genérica da intimidade (1993, p. 58). Também Haritaworn e colegas (2006, p. 521) consideram que os livros de auto-ajuda dedicados a falar de poliamor – um género literário cujas características específicas confluem com o argumento proposto neste artigo – apresentam várias semelhanças entre “as regras de base do poliamor [...] e os componentes essenciais [da] ‘relação pura’”; consideram ademais que, para além desse tipo de livros, o outro grande tipo de literatura sobre o tema está ligado ao esoterismo. A distinção que aqui estabeleço é paralela à díade esoterismo/auto-ajuda, e faz corresponder colectivismo ao primeiro elemento e individualização ao segundo.

Não-monogamias e individuação

Pretendi na secção anterior demonstrar que existe uma clara diferença de impacto entre uma visão mais comunitarista e uma visão mais individualizada do poliamor, ao nível das representações, dos discursos e das práticas. É através deste ponto de ligação que desejo enquadrar a emergência e preponderância desta forma específica de entender o poliamor num conjunto de transformações socio-históricas que enformam, dão sentido e portanto ajudam a problematizar várias intimidades contemporâneas.

Ulrich Beck e Beck-Gernsheim (2003) começam o seu livro sobre individualização falando de biografias. Uma biografia é uma “escrita da vida” – a palavra vem do Grego *bios*

⁴ Dados actualizados a 2 de outubro de 2016.

⁵ Um livro muito mais recente, mas que tem sido extremamente bem-sucedido dentro da esfera anglófona, *More than Two* (por Franklin Veaux e Eve Rickert), está em lugar número 10593, acima de qualquer um dos de Anapol, ainda que tenha sido lançado apenas em 2014.

(vida, mas também ligado ao corpo, e é deste radical que temos palavras como “biologia”, e de *gráphein*, o acto de escrever). Desde o princípio, então, corpo e vida estão ligados pelo acto da escrita. Esta biografia é, no entanto, uma auto-biografia, que se sucede a uma “biografia normal” (2003, p. 40), que pertence ao mundo pré-moderno, onde os sujeitos nascem dentro de um conjunto de instituições que os colocam em lugares relativamente fixos e claramente estabelecidos dentro da hierarquia social, onde ocupam funções determinadas. Este mundo, passado, é um mundo com linhas limítrofes claramente definidas, que criam um sujeito enquadrado. Operamos agora, de acordo com estes autores, sob o convite peremptório de criarmos a nossa própria biografia, de a irmos construindo e desenhando. Todos os elementos da sua vida se convertem em encruzilhadas, em verdadeiros testes de escolha múltipla, dos quais o sujeito sente não poder escapar.

Com o advento da industrialização e do posterior alargamento da classe média, começou a desenhar-se uma divisão do trabalho familiar entre o sustento material (responsabilidade do homem) e o “trabalho relacional” (responsabilidade da mulher) (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2003, p. 149). Com a evolução económica e social do século XX, e com o número crescente de mulheres que trabalham fora de casa, deu-se uma nova mudança, de acordo com estes autores, conducente ao estado presente, em que “o matrimónio é principalmente uma fonte de *apoio emocional*” de pessoas “que buscam no parceiro a satisfação das suas necessidades internas”. O centro desloca-se então para “a pessoa individual”, e a “felicidade pessoal” é agora a marca de um matrimónio bem-sucedido. “Ou, dito de outra maneira, que a forma de parceria que está a emergir assenta numa *reivindicação da vida própria*”.

Os próprios projectos pessoais de vida (de uma biografia “faça você mesmo”, como lhe chamam estes autores) podem tornar-se incompatíveis com uma vida vivida em parceria com aquela outra pessoa, levando ao término ou alteração da relação. Isto resulta numa “*compulsão* para se converterem em pessoas mais independentes”, libertando-se assim “do modelo tradicional de biografia feminina, orientada para o matrimónio como a ‘principal meta da vida’” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2003, p. 151). Assim vai o sujeito procurando “*soluções biográficas para contradições sistémicas*” (2003, p. 31). A individualização define-se como “um conceito que descreve uma transformação estrutural, sociológica, das instituições sociais e a relação do indivíduo com a sociedade” (2003, p. 339).

Anthony Giddens, como referido acima, também analisou as transformações na intimidade como algo de profundamente individualizante. Através da ideia de relação pura, Giddens pretende chamar a atenção para a alteração profunda implicada na passagem do estabelecimento de relações com base em determinados constrangimentos socioeconómicos, para o estabelecimento de relações que têm como fim maior a satisfação subjectiva e emocional de cada um dos indivíduos nela presente. A pessoa toma primazia sobre a relação, e não o oposto. Esta dinâmica opera tanto ao nível ideológico – os discursos dominantes sobre o que são ou devem ser ‘boas’ relações amorosas actualmente – como ao nível das práticas sociais. O crescimento do número de divórcios em vários países, a diminuição do número de casamentos, as relações que nunca chegam a ter qualquer tipo de registo formalizado e o crescente número de pessoas que preferem ter relacionamentos ao mesmo tempo que vivem sozinhas, ou que não estão interessadas em ter relacionamentos de tipo romântico, são vários dos exemplos que podem ser convocados para reflectir sobre a emergência do plano individual mesmo em contexto relacional. Isto não quer dizer, claro, que exista um processo linear e sem consequências negativas para várias destas práticas, como vários investigadores demonstram, ou que estes processos sejam fluídos e ininterruptos (e.g.: BECK; BECK-GERNSHEIM, 2001; KAUFMANN, 2008).

Também é preciso ter em conta processos económicos e tecnológicos ligados à importância crescente do individual: desde o fomento da mobilidade geográfica por via da

precarização (ELLIOT; LEMERT, 2009) dos vínculos laborais (que subverte a clássica visão da passagem ‘do campo para a cidade’), até às possibilidades de conexão interpessoal à distância facilitadas pelos novos *media*, e que dão origem a um modelo de sociabilidade que não é nem o isolamento da alienação tecnológica, nem a utopia da Aldeia Global, mas sim um “individualismo em rede”, para usar o termo de Wellman (WELLMAN, 2002). Esse individualismo em rede está dependente de uma panóplia de fluxos de ligação, e ilustrável através da popularidade de aplicações focadas em encontros íntimos (e.g.: *Tinder*, *Grindr*) com uma componente de geolocalização. Como o próprio diz, num artigo em co-autoria, “não é que as comunidades das pessoas se estejam a desintegrar, mas antes, estão a entrar em constante fluxo” (WELLMAN et al., 1997).

Assim, e face à presença ubíqua da globalização, das TIC e do capitalismo multinacional, operam-se três grandes mudanças ao individualismo: uma maior sensação de experimentalismo ligada à dissolução das estruturas mais tradicionais e consequente aumento da incerteza; um aumento da existência de mundos privatizados, potenciado pelas tecnologias digitais e que, embora não erradicando a possibilidade de existirem ideais colectivos ou instituições, colocam o enfoque no indivíduo enquanto origem dos problemas e das soluções; a própria noção de individualismo e liberdade pessoal construída enquanto marca de privilégio económico (e social) que permite distinguir pobres de não-pobres, ao mesmo tempo que o fosso entre ricos e pobres aumenta (ELLIOT; LEMERT, 2009, p. 60–63; SCHACHTER, 2005, p. 380).

A identidade e o indivíduo tornam-se então não apenas uma categoria abstracta, mas algo que está constantemente a ser (re-)produzido e (re-)feito, e cujo modo de produção é passível de ser analisado e conceptualizado em si mesmo. “A identidade no mundo pós-tradicional do pós-modernismo torna-se principalmente *performativa*” (ELLIOT; DU GAY, 2009, p. xii, *italico no original*).

A ligação ao poliamor é dupla. Por um lado, o seu surgimento tem que ser entendido como uma continuação e iteração deste processo de individualização tal como aplicado às relações interpessoais íntimas, com um dado enquadramento e constrangimento social, económico, político e tecnológico. Assim, as ligações de continuidade que se poderiam especular entre, por exemplo, o movimento hippie do “Amor Livre” dos anos 60 e 70 do século XX (nos EUA e em alguns países da Europa) é, perante o exposto acima, um erro de perspectiva que confunde um tipo de práticas (a existência de não-monogamias, *latu sensu*, tanto então como agora) com uma identidade socio-historicamente situada (o poliamor)⁶. É fundamental, se queremos levar a análise sociológica das não-monogamias consensuais a uma posição central na investigação científica, balizar adequadamente os discursos e pressupostos por detrás de diferentes sistemas identitários, e não tomar práticas por identidades (ou vice-versa). Por outro lado, esta ênfase no individual explica por que é que, de entre as duas diferentes narrativas acima identificadas, tem sido a individualista aquela que mais tracção tem reunido, e aquela na qual as representações e discursos (tanto internos às comunidades e grupos de pessoas poliamorosas, como externos) se têm concentrado: é aquela que mais cria ressonâncias com o resto do tecido social, aquela que mais parece surgir como adaptação aos desafios do indivíduo-enquanto-*performance*.

Falar em indivíduo e na produção de identidade obriga também a ter em conta que o indivíduo é uma agregação de elementos tornados coerentes através de um esforço narrativo constante e sempre imperfeito (BUTLER, 2005). Isto abre espaço à hierarquização de

⁶ Pode argumentar-se aqui que essa continuidade seria mantida pela vertente comunitarista, ou espiritual, identificada acima. Porém, como creio ser já claro, a expressividade dessa é diminuta, e não constitui, argumento aqui, uma boa representação do discurso dominante sobre o que é “poliamor”.

determinados aspectos como mais centrais que outros no estabelecimento da ‘verdade’ do sujeito – uma verdade que seja reconhecível e valorada socialmente, que crie sentido.

Poliamor e sexualidade – tensão e ligação

Ao sexo, “pedimos-lhe que nos diga a nossa verdade, ou antes, pedimos-lhe que diga a verdade profundamente penetrada por esta verdade de nós próprios que julgamos possuir em consciência imediata” (FOUCAULT, 1994, p. 74). Numa outra passagem, já perto da conclusão da obra, o autor afirma ainda: “[...] chegámos ao ponto de pedir a nossa inteligibilidade ao que durante tantos séculos foi considerado loucura, [...] a nossa identidade ao que era apreendido como obscuro ímpeto sem nome” (1994, p. 157). Ao se tornar “a cifra da individualidade” (1994, p. 148), a sexualidade é criada e transformada num dos principais elementos que garante ao indivíduo a sua legibilidade e legitimidade enquanto sujeito.

Aqui, o sexo deve ser entendido enquanto *sexualidade* – ou seja, enquanto um aspecto da identidade que, considera-se normativamente, todas as pessoas possuem, e que é fundamental para entender quem cada pessoa *é realmente*. A relevância da sexualidade como veredictivo da identidade opera no contexto do dispositivo de sexualidade. O avanço da importância da sexualidade na sociedade ocidental, e a sua manifestação em várias facetas da mesma, tem levado várias pessoas a falar da sexualização da sociedade.

Esta sexualização da sociedade apresenta, porém, vários problemas conceptuais. O primeiro, e talvez o mais grave, tem que ver com a multiplicidade de significados utilizados para essa mesma palavra. Na verdade, apesar de ter um sentido aparentemente directo e simples (‘tornar sexual’), Clarissa Smith e Feona Attwood (2011, p. 329) mostram como o termo tem sido utilizado de formas que são, entre si, contraditórias e mesmo incompatíveis, e usado para analisar fenómenos que não estão necessariamente ligados entre si. De facto, a ideia de uma sexualização da cultura é usada para falar de várias coisas: preocupações contemporâneas com valores, práticas e identidades sexuais, uma mudança global para atitudes mais permissivas, proliferação de textos sexuais, emergência de novas formas de experiência sexual, aparente dissolução de regras, categorias e regulações feitas para manter o obsceno à distância, o amor por escândalos que envolvem sexo, entre outras coisas (ATTWOOD, 2006, p. 78).

Ademais, a ideia de sexualização (bem como de outros termos que se lhe assemelham, como é o caso da “pornograficação”) está ligada a dois outros fenómenos macrosociais que são geralmente interpretados em sentidos antitéticos: a democratização e a comodificação. Se a democratização do desejo foi a ideia por detrás do termo (MCNAIR, 1996, 2002), ela implica também o acesso por via da produção e do consumo do erótico ou pornográfico. Para Attwood, a cidadania sexual de que fala Plummer (1994) existe (também) através do capitalismo, mas não está dominada por ele, e abre simultaneamente campos de resistência, autonomia e diversidade (ATTWOOD, 2006, p. 90), pelo que se torna sempre necessário analisar, não apenas a existência de ‘sexualização’, mas das relações de poder ao longo de determinados eixos (e.g.: classe, género, capacitismo, entre outros). Ou seja, “sexualização” enquanto termo requer sempre uma especificação detalhada. É dentro dessa necessidade de especificação que é importante olhar mais de perto para os cruzamentos entre poliamor e sexualidade, através de uma perspectiva foucauldiana.

Ainda que poliamor não envolva necessariamente uma componente sexual nas práticas íntimas interpessoais, existe um contexto social mais vasto onde a intimidade será, normativamente, sempre lida a partir de um contexto sexual, ou onde o sexo é um dos motivadores principais de acção. Esse contexto social é criado pela implantação do

dispositivo de sexualidade, revelada na forma como questões sobre sexo permeiam tantas facetas do quotidiano.

Apesar da relevância que tem na obra de Michel Foucault, a definição de dispositivo parece ser múltipla e flutuante. Procurando sistematizar o significado e origem de dispositivo, António Fernando Cascais encontra numa entrevista do autor uma versão resumida do que constitui este conceito. Diz Foucault:

Aquilo que tento abranger sob este nome é, em primeiro lugar, um conjunto resolutamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, arranjos arquitectónicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito, bem assim como o não dito [...]. O próprio dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, aquilo que eu queria incluir no dispositivo é justamente a natureza do laço que pode existir entre esses elementos heterogêneos. [...] Em terceiro lugar, por dispositivo, entendo uma espécie - digamos - de formação, que, num dado momento histórico, teve por função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem pois uma função estratégica dominante (Foucault in CASCAIS, 2009).

O dito e o não-dito, as relações constituídas entre esses elementos e uma estratégia dominante são assim os elementos de base de um dispositivo. Assim, e de acordo com Foucault, o dispositivo de sexualidade “funciona segundo técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder [...], gera uma extensão permanente dos domínios e das formas de controlo [...], está relacionado com a economia por numerosos e subtis pontos de ligação, o principal dos quais é o corpo” (FOUCAULT, 1994, p. 109, 110).

Ao criar subjectividades e discursos, o dispositivo de sexualidade opera também como elemento hermenêutico (FOUCAULT, 1994, p. 71). Ou seja, a *sexualidade* não existe e é descoberta a partir do momento em que a medicina e a psicanálise se começam a debruçar sobre ela, a sexualidade é criada por estes discursos e abre a possibilidade de se configurarem novas áreas, dentro das quais passa a ser possível dizer verdades até então inexistentes: “[é] isto o dispositivo: estratégias de relações de forças que sustentam tipos de saber e que são por eles sustentadas” (Foucault in CASCAIS, 2009) e portanto se criam novas posições de sujeito, entre as quais se constituem as relações de poder, e onde se enquadra a ideia de que o desejo sexual é algo de natural e que abre a porta, portanto, para uma hermenêutica não apenas do sexo em si, mas do desejo, e de como o próprio desejo é posto a dizer algo sobre o sujeito desejante.

Pode parecer que caí então numa contradição entre apontar o papel estruturante do dispositivo de sexualidade foucauldiano e criticar a ideia de sexualização, especialmente tendo em conta que afirmo acima que a sexualização é um dos elementos-chave para a contextualização da presente forma de poliamor. Porém, são as críticas feitas por Attwood que permitem uma visão mais clara do alcance da visão de Foucault. Michel Foucault termina o primeiro volume da *História da Sexualidade* com a antevisão que o dispositivo de sexualidade fará multiplicar as categorias identitárias em torno das sexualidades, porque isso implica envolve-las em relações de poder e disciplina, mas que implica também a abertura de espaços de resistência. Feona Attwood ecoa este ponto e aprofunda-o, recusando transformar uma abordagem crítica à sexualização num movimento contra a sexualização e concomitantes pânico morais (ATTWOOD, 2010). Como já referido acima, o facto de o termo “poliamor” ter surgido fora do contexto médico ou jurídico mostra que existe uma relação diferente com sistemas normativos de produção de saberes sobre sexualidades e intimidades – o que pressupõe algum poder resistivo. Ao mesmo tempo, Andrea Zanin (2013) mostrou como o discurso mediático reforça pressupostos heterossexistas, brancos e de classe média sobre o que é poliamor – e, ainda assim, é pela via do

consumo de informação digital e mediática que mais pessoas podem adquirir literacia sobre as críticas à mononormatividade.

É pela ligação entre poliamor e mononormatividade que Pepper Mint (2008) reconceptualiza o papel da sexualidade em articulação com o poliamor, pensando nessa relação a partir das dinâmicas de poder: “existem alguns aspectos de poder ligados ao poliamor que não se limitam à resistência contra a monogamia, mas facilmente se afirma que a principal motivação do poliamor é fazer algo que não seja monogamia [...] [o que] significa quebrar com a sua única regra estrita: a sexual”.

A importância da sexualização enquanto fenómeno macrosocial para a compreensão do poliamor não passa, então, pela conotação positiva ou negativa do termo, ou sequer pela (im)possibilidade de definir o que é ‘sexo’ – algo tornado cada vez mais difícil (PRECIADO, 2011) – mas sim pela importância da monogamia enquanto instituição central para a organização da experiência económica e política actual (ENGELS, 1986).

Porque o poliamor se posiciona enquanto escolha – subjectiva – alternativa à monogamia, e porque a monogamia faz parte de um sistema socio-sexual de gestão de género, propriedade, classe e heterossexismo (ROSA, 1994; WITTIG, 1980) e se coloca como um dos fundamentos do “Círculo Encantado” da boa sexualidade normativa (RUBIN, 2007), é que a sua crescente visibilidade tem sido tão politicamente investida e contestada simultaneamente (e.g.: AVIRAM; LEACHMAN, 2015; RAMBUKKANA, 2015). Também a contestação do papel normativo da prática sexual nas relações íntimas pressupõe, nem que seja por oposição, a articulação com a figura da monogamia (SCHERRER, 2010).

Isso não quer dizer que alguns discursos sobre poliamor não acabem a reinscrever, ironicamente, uma hierarquia moral associada ao sexo e derivada da cultura mononormativa. Como Christian Klesse (2006) mostra no seu trabalho, há uma tendência para valorizar especialmente a prática de sexo dentro de relações consideradas como de maior intimidade ou duração, desconsiderando encontros sexuais mais breves e outras formas de não-monogamia consensual, como é caso do *swing*.

Estes vários exemplos demonstram apenas como as ligações entre poliamor e sexualidade estão em tensão – proximidade e afastamento, a ideia de liberdade relacional e de contextos mais e menos dignos de sexo, a relevância de estabelecer um contraponto à prática de sexo como ainda-ligação com a sexualidade. Em comum, porém, está a ideia de que todas as pessoas têm uma sexualidade, e que a exprimem de uma determinada forma – mesmo que seja para contestar essa ideia. O *ex libris* lógico desta ligação pode ser encontrado na forma como tem sido sugerido na literatura académica a equiparação de poliamor a uma forma de orientação sexual como estratégia anti-discriminação (TWEEDY, 2011).

Psicologização da não-monogamia – ferramentas para o trabalho de si

É Nikolas Rose (1998, 1999), seguindo a linha de estudo de Michel Foucault no que toca à análise histórica do avanço do conceito de loucura e de sexualidade, que vai identificar a importância da Psicologia (na verdade, de todas as ciências psicológicas, que ele agrega sob o termo “ciências *psy*”) na produção de sujeitos. Rose olha as técnicas, ou tecnologias, do *self*, para analisar contemporaneamente o papel das ciências *psy*.

Nikolas Rose assinala como principais pormenores: 1) a promiscuidade do discurso, práticas e vocabulário *psy* quando comparado com outras áreas de conhecimento especializado; 2) a sua relação com os regimes democráticos liberais, no que toca à sua componente empírica e orientada para resultados que primam por uma eficiência de qualquer tipo (emocional, funcional, laboral, sexual etc.); 3) a pretensão do discurso *psy* à veredictção. A genealogia que ele emprega na sua obra pretende identificar a “relação do ser consigo

mesmo” (ROSE, 1998, p. 24), olhando para práticas e discursos. A noção de tecnologia que utiliza (“qualquer montagem estruturada por uma racionalidade prática, orientada para um alvo de forma mais ou menos consciente” (1998, p. 26)) vai recuperar o exemplo que Foucault fornece em “A História da Sexualidade” da relação religiosa pastoral como sendo um conjunto de tecnologias e práticas que se encontram adaptadas e repetidas na relação entre paciente e médico/psicólogo.

São estas, então, as ferramentas que os indivíduos têm à sua disposição para se tornarem e se entenderem (bem como darem a entender-se) como sujeitos dentro de um determinado paradigma de construção de subjectividade(s). Operam, de acordo com o autor, segundo dois eixos principais: um que tem que ver com “mentalidades” ou “técnicas intelectuais” (como a literacia, memória, escrita) e as técnicas corporais, ou corporalidades (1998, p. 31), e que se ligam a uma arregimentação dos comportamentos e das capacidades do sujeito com vista a definir certos tipos de sujeito como preferenciais, normais, normalizados. O mesmo não é dizer que a produção de sujeitos é um processo linear, unívoco, sujeito às arbitrariedades das instituições e dos dispositivos aplicados. A cada passo, o indivíduo vê-se confrontado com uma pluralidade de influências e de técnicas de subjectivação com as quais tem que lidar e que vai mobilizar de formas díspares em momentos diferentes.

As ciências psicológicas são *tecnologias de subjectivação*: “racionalidades práticas que os seres humanos aplicam a si mesmos e aos outros em nome da auto-disciplina, auto-controlo, beleza, graça, virtude ou felicidade” (1998, p. 47) – estão portanto ligadas ao conceito de *techné*. Nikolas Rose não o diz quando analisa o termo grego, mas é importante não esquecer que a origem etimológica da palavra põe a *techné* como uma modalidade de conhecimento, um conhecimento que se obtém de determinado objecto através da sua manipulação e instrumentação. Por conseguinte, dizer que as ciências *psy* funcionam como tecnologias de subjectivação é também dizer que funcionam como formas de produção de conhecimento sobre esse objecto que elas mesmas criam, o sujeito contemporâneo individualizado, medido e classificado. Para Rose, esta componente técnica tem três facetas diferentes, uma que diz respeito às mudanças nas racionalidades e programas de governação (algo que está para além do âmbito desta reflexão); a segunda diz respeito à questão da autoridade; a terceira versa sobre transformações no campo da ética.

A autoridade, tal como transformada pelas *psy*, roda agora em torno da capacidade de fazer algo com sujeitos, formas de “gerir a subjectividade” (ROSE, 1998, p. 63) que passam pela profissionalização de técnicos especializados: terapeutas, conselheiros e afins, que gerem também a normalidade, o expectável. Esta gestão da normalidade é precisamente o que Foucault (1994) implica quando aponta para a proliferação das perversões, que são precisamente vistas como riscos, “perigos *in potentia*” (ROSE, 1998, p. 63). A ética, por seu lado, é correlacionada por Rose com as várias “minudências do que o ser humano faz” (1998, p. 64), também essas são da alçada da Psicologia (tanto como objecto de análise descritiva como de análise prescritiva). Mas não é apenas esse olhar sobre as minudências que muda, muda também o discurso que apela à ética. São razões psicológicas (no sentido mais próximo do etimológico: razões que seguem a lógica da argumentação *psy* – “As técnicas psicológicas têm vindo a infundir-se, dominar ou destronar regimes teológicos, morais, corporais, dietistas, e outros, no que toca a levar a virtude ao *self*, ou a felicidade”, disse Rose (REF: 95)), as esgrimidas para se justificar e fundamentar sistemas de conduta. Conduta essa que é dupla: conduta do sujeito consigo mesmo e conduta do sujeito para com outros sujeitos. As nossas aspirações são definidas também pelo prisma das *psy*; são-no igualmente os nossos deveres para com os que nos rodeiam.

Este sujeito, que se compreende, é autorizado por, e se guia pelas *psy*, é um sujeito fundamentalmente permeável: permeável a influências externas e permeável à sua própria influência. O mesmo é dizer que o horizonte de possibilidades para o indivíduo se amplia, o que não é o mesmo que dizer que o sujeito é dono e senhor de todas essas possibilidades: ele é, afinal de contas, *sujeito*. De resto, essa compreensão é também mediada através de tecnologias: a *techné* do confessorário – largamente disseminada e reaproveitada do seu contexto religioso para o contexto médico e psicológico (FOUCAULT, 1994) – permite a criação de uma identidade através de um discurso de verdade sobre o *self*, mas também sujeita esse mesmo *self* a uma rede de autoridades e autorizações que enformam a maneira como o sujeito compreende e se compreende e se dá a compreender. Opera-se também um movimento no sentido de fazer coincidir o sujeito que fala com o sujeito a quem pertencem os sentimentos e verdades reveladas nessa confissão (ROSE, 1998, p. 96).

Não é apenas a componente dinâmica e psicanalítica das *psy* que está implicada nestes processos de subjectivação. As técnicas de manipulação do sujeito de índole comportamentalista são também populares: os vários elementos da existência pessoal e social são sub-divididos em áreas e problemas que podem ser analisados e desconstruídos funcionalmente. Os comportamentos não desejados são desprogramados e substituídos pelos desejáveis (ROSE, 1998, p. 97, 158). Os conceitos de desejabilidade são guiados por aspirações positivistas de maximização de recursos e resultados:

[...] o indivíduo deve tornar-se um empresário [no original: “entrepreneur”] de si mesmo, procurando maximizar os seus próprios poderes, a sua própria felicidade e qualidade de vida, ampliando a sua autonomia e depois instrumentalizando as suas escolhas autónomas ao serviço dos seus estilos de vida (ROSE, 1998, p. 158).

A psicologia ganha terreno por se posicionar como forma de atingir essa autonomia. Este indivíduo de que se fala não deve, porém, ser tomado como algo dado *a priori*: “[...] a própria possibilidade de uma teoria que inclua um corpo discreto [...] habitado e animado pela sua própria alma – o sujeito, o indivíduo, a pessoa” (ROSE, 1998, p. 172) são também constructos.

Nikolas Rose utiliza então uma formulação que recupera de Deleuze: a ideia de ‘dobra’ para explicar a interioridade do sujeito e a sua relação com a exterioridade, uma exterioridade que “não é mais do que um momento, ou uma série de momentos, através dos quais uma ‘profundidade’ foi constituída no ser humano” (1998, p. 188). Certas relações de poder e autoridade são incorporadas num espaço interior que é criado por essa mesma incorporação (Rose fala em relações que são invaginadas). Essa incorporação cria um espaço mental e psicologizado, junto com práticas e tecnologias que envolvem (também) o corpo: “[...] o nosso próprio agenciamento é, então, o resultado da ontologia que dobrámos para dentro de nós no decurso da nossa história e das nossas práticas” (1998, p. 189). A cada momento há um conjunto de coisas que tomam a dianteira, social e culturalmente, na orientação do processo de dobragem, ao longo de quatro eixos diferentes.

Estes quatro eixos são originalmente identificados por Foucault, mas Rose apresenta a versão readaptada à ideia de dobra, de Deleuze: “o primeiro [...] diz respeito aos *aspectos* do ser humano a serem dobrados [; ...] o segundo [...] diz respeito às *regras* segundo as quais a relação entre forças se torna uma relação com o próprio [; ...] o terceiro [é o da] dobra da *verdade* [; ...] a quarta dobra é a da *esperança*” (1998, p. 190). Rose identifica também as respostas a cada uma destas dobras para o presente, fazendo para isso ressaltar o papel fundamental da psicologia no que toca às respostas actuais. Assim, por ordem, temos: 1) “o *self* e as suas aspirações”; 2) “a psicoterapêutica e [as regras] estilísticas”; 3) “teologia, filosofia, psicologia”, e onde se poderiam acrescentar vários outros exemplos. Quanto à quarta dobra, Rose é mais alongado na sua própria resposta: “O que dobramos, aquilo que nos dobra, é uma aspiração que tem tanto de patético

como de tocante: [...] maximizar os nossos estilos de vida e realizarmo-nos como pessoas através das nossas relações com outras pessoas [...] [e] a esta esperança demos o nome de ‘liberdade’” (1998, p. 193). Esta liberdade é compreendida em termos políticos e psicológicos, como afirma Rose; queremos sentir que podemos escolher, e que escolhemos de moto próprio. Esta liberdade de que aqui se fala não vem sem um preço: o preço de se *ser*. O sujeito precisa de se constituir como inteligível através das suas escolhas, e as ciências *psy* têm sido fundamentais em emprestar as suas expressões para isso mesmo.

Em suma, portanto, a psicologização da sociedade auxilia-nos a compreender as condições presentes de formulação de sujeitos, mas esse mesmo processo leva-nos a um conjunto de conceitos (liberdade, ética) que reconduzem à inter-relação (entre as quais as relações amorosas e sexuais) como elemento central – e, por conseguinte, como problema central a resolver.

Uma quantidade considerável de livros existentes – no mercado inglês em especial, mas cada vez mais noutros contextos também, por via de traduções – sobre poliamor são escritos por pessoas que estão ligadas à (psico-)terapia e outras formas de aconselhamento psicológico, ou que, na senda da democratização da linguagem das ciências *psy*, utilizam jargão e perspectivas inspiradas numa interpretação psicologizada dos sujeitos. A análise de Serena Petrella (2007) a três livros de auto-ajuda sobre poliamor (dois dos quais, os supracitados *The Ethical Slut* e *Polyamory, The New Love Without Limits*) torna clara a forma como a abordagem destes manuais só superficialmente aborda questões históricas, teóricas e sociológicas sobre o funcionamento da monogamia enquanto parte do sistema patriarcal de dominação. Por outro lado, todos estes livros centram fortemente a atenção no sujeito, e na forma como este se pode tornar disponível para si mesmo, para se trabalhar de acordo com as “práticas e tecnologias” referidas por Rose – sentimentos, pensamentos e atitudes são tornadas a posse do sujeito e, portanto, parte daquilo de que ele pode dispor para se mudar e melhorar. Como tanto Haritaworn e colegas (2006), como Petrella (2007), notam, estas operações estão sujeitas à injunção “conhece-te a ti mesmo”.

Aqui é necessário regressar a Foucault, que trabalhou largamente sobre a origem contemporânea desta injunção ao auto-conhecimento, nestes moldes. O que o autor descobriu, ao se debruçar sobre a filosofia da Grécia Antiga, é que a frase “conhece-te a ti mesmo” começou por ser importante apenas como sub-elemento de uma injunção mais importante: “cuida de ti mesmo”. Porém, com aquilo a que Foucault chama o “momento Cartesiano” (FOUCAULT, 2005, p. 14), o cuidado do *self* caiu em descrédito e o conhecimento de si passou a constituir a condição de base para a aquisição de *todo* o outro conhecimento – ‘penso, logo existo’. E apesar de tanto o cuidado de si Clássico, como o conhecimento de si Moderno implicarem um cuidado de transformação do sujeito, a relação de poder envolvida é totalmente diferente. O trabalho sobre si que poderia conduzir a uma ‘vida boa’ no período Helénico era um trabalho intersubjectivo, e não intra-subjectivo, era um fim em si mesmo e não um meio para atingir um fim ulterior; como o próprio esclarece,

quando hoje em dia vemos o significado, ou antes, a quase total ausência de significado, dado a algumas expressões bastante familiares que continuam a permear o nosso discurso – como regressarmos a nós mesmos, libertarmo-nos, sermos nós mesmos, sermos autênticos, etc. – [...] não me parece que temos nada de que estar orgulhosos dos nossos esforços actuais de reconstituir uma ética do self (FOUCAULT, 2005, p. 251).

Como já defendi noutro contexto (CARDOSO, 2010), não é forçoso que a comunicação interpessoal e as relações de poder em contexto poliamoroso tenham que ser necessariamente efectuadas a partir de uma perspectiva essencialista, baseada no “conhece-te a ti mesmo” e numa verdade última sobre o sujeito. Não obstante, a literatura sobre poliamor surge neste contexto

histórico, e privilegia claramente uma abordagem que toma o seu sentido a partir do conceito psicologizado da auto-ajuda e do *trabalho* de transformação de si.

O discurso da Psicologia não fica apenas ao nível da apropriação do senso comum, no que diz respeito ao poliamor. Uma considerável maioria da produção académica internacional sobre poliamor é feita no campo da Psicologia – de escalas de atitudes, estudos sobre vinculação, entre muitos outros. Alguma da produção académica mais famosa – aqui, novamente, é fundamental chamar a atenção para a dominação quase total da Anglo-esfera – onde se conta o livro *Understanding Non-Monogamies*, ou o número especial da revista académica *Sexualities* de 2006 são outros exemplos. Certamente que não basta fazer notar que a Psicologia é a área principal de trabalho de várias e vários investigadores e investigadoras para daí aduzir quaisquer conclusões sobre a validade ou implicações políticas desse mesmo trabalho, em particular se se considerar que parte dele surge do campo da Psicologia crítica. Esta não deixa, porém, de ser uma variável relevante: que áreas académicas estão mais investidas em criar e aprofundar conhecimento sobre NMCs, em diferentes regiões⁷?

Poliamor e relações de poder – meta-narrativa crítica

Outros vectores de poder social poderiam aqui ter sido trabalhados, e foram já por outros autores: questões associadas à classe social, à pertença étnica ou religiosa são, também, elementos importantes a ter em conta para a produção de relatos e saberes verdadeiramente situados. Porém, na medida em que se pretende construir aqui uma visão geral sobre os discursos e contextos sociais que dão lugar à visão *mainstream* do que é o poliamor, a menção que tais elementos aqui recebem é pela sua ausência.

Ou seja, ainda que possam existir algumas referências pontuais a isso, a forma como o poliamor é construído normativamente implica o apagamento de intersecções específicas – de classe, religião e raça – que se apresentam sob a ideia de que o poliamor é igualmente possível ou válido *independentemente* de qualquer uma destas coisas. Uma variação a este argumento tem que ver com religião: a distinção do ‘verdadeiro poliamor’ da poligamia de tipo religioso (com referências a algumas práticas islâmicas, ou mórmon, por exemplo) – o que constitui uma forma velada, mas socialmente validada, de xenofobia (VASALLO, 2015). Está fora do âmbito deste artigo considerar mais a fundo a forma como estes silêncios estratégicos – ou as referências de desidentificação – também integram a narrativa identitária poliamorosa.

A partir dos três aspectos analisados acima – individuação, sexualização e psicologização – podemos considerar que existem três injunções centrais que são colocadas ao sujeito poliamoroso: ele tem que ser *alguém*, com *sexualidade*, e *psicologicamente* constituído. A partir desta tripla injunção é então mais facilmente compreensível o apelo – e a inteligibilidade – das obras sobre poliamor que ocupam o espaço da literatura de auto-ajuda, das abordagens que apelam à responsabilidade individual (de auto-controlo e auto-definição), e de narrativas emergentes que tratam o poliamor como uma identidade *essencial*. Não raras vezes a autoridade científica é convocada para ‘descobrir’ (*id est*, produzir) a ‘verdade’ sobre a natureza não-monogâmica dos humanos (e de outros animais também), da mesma forma que tais retóricas já foram usadas em activismo LGB.

Como creio ter ficado claro acima, o discurso psicológico, individuado e sexualizado opera de forma ambígua. Por um lado, e numa perspectiva foucauldiana, ele facilita a

⁷ Ainda que não possua dados totalmente organizados, o Brasil parece ter uma produção de trabalho académico no campo do Direito bastante superior ao dos EUA, e do de vários outros países da Europa, por exemplo; é também no Brasil, em virtude das “uniões poliafectivas”, que se têm feito alguns dos maiores avanços em questões jurídicas relacionadas com poliamor.

disciplina dos sujeitos (quanto mais não seja, por internalização dos sistemas disciplinares) e a validação concomitante das estruturas sociais que os sustentam. Por outro, ele permite também a validação e reconhecimento (político e intersubjectivo) de formas de fazer intimidade e relacionamentos que estão notoriamente fora do paradigma heteromononormativo; isto, por sua vez, remete para a possibilidade de várias formas de activismo com potenciais impactos sociais, legais e políticos.

A visibilidade mediática e social do poliamor assim normativamente construído permite também, considero, compreender o porquê do surgimento de outros movimentos que pretendem superar o que são entendidas como falhas do poliamor: o caso da anarquia relacional em parte da Europa e dos EUA, e do movimento de Relações Livre (RLi) no Brasil, assim como outros grupos ligados ao movimento *queer* e que integram uma crítica à monogamia no contexto das suas intervenções políticas.

Todos estes aspectos têm que ver com as relações de poder configuradas socialmente. A utilidade da meta-narrativa socio-histórica do poliamor que aqui apresento não passa, creio, pela sua constituição enquanto verdade historicamente absoluta, mas sim como mapa conceptual.

A sociologia e filosofia a partir da qual ela surge é, por si só, profundamente enviesada por uma posição discursiva ligada ao Norte Global de contexto anglófono. É fundamental que a investigação sobre poliamor não trate este termo como uniforme, amorfo ou ahistórico. Da mesma forma, também a sexualização, a individuação e a psicologização não devem ser vistos como fenómenos transversais e uniformes. Através da minha exposição espero ter conseguido demonstrar a necessidade de compreender como é que, em cada contexto específico a ser estudado, estes três fenómenos se desenrolaram (ou não) na *prática* – isto é, que contornos específicos tomou a disseminação do discurso da psicologia num determinado lugar e num determinado contexto temporal, e o mesmo para a individuação e a psicologização.

Estes fenómenos não sucederam – estão a suceder. Estão também, por isso, a suceder de formas diferentes consoante os contextos e as culturas com que interagem. Considero portanto que: 1) este tríptico socio-histórico é indispensável para compreender a difusão e visibilidade enormes do poliamor num tão curto espaço de tempo, e os contornos que a sua aceção mais *mainstream* tomou; 2) que tal tríptico precisa de ser sociologicamente concretizado e aplicado de forma diferenciada consoante as comunidades a ser estudadas, o que implica entender como é que elas interagem com cada um destes pontos, e assim como com as ausências e silêncios também aqui notados; 3) que compreender os dois pontos anteriores também é relevante para os movimentos sociais ligados às NMCs, na medida em que pode ajudar a balizar e estruturar os objectivos políticos pretendidos, perceber quais as maiores dificuldades em alcançá-los, e também reflectir criticamente sobre o seu potencial contributo para a manutenção de estruturas de discriminação vigentes.

Por último, a ligação entre academia e activismo reflecte-se na construção de conhecimentos situados – esse situacionismo tem que vir de uma interacção directa com as comunidades e pessoas estudadas, mas também com uma desnaturalização dos contextos socio-históricos que mais nos parecem próximos. Só através de meta-narrativas críticas – através da construção de explicações para as narrativas, indo para além das narrativas como explicações últimas – se consegue operar no sentido de uma “sociologia pública *queer*” (SANTOS, 2012), uma sociologia que torne estranho o aqui-e-agora, para além do ali-então, e que portanto interroge as próprias condições de inteligibilidade do que estuda, e do conhecimento que produz.

Referências

- ANAPOL, D. M. **Polyamory: The New Love Without Limits: Secrets of Sustainable Intimate Relationships**. [s.l.] Intinet Resource Center, 1997.
- ATTWOOD, F. Sexed Up: Theorizing the Sexualization of Culture. **Sexualities**, v. 9, n. 1, p. 77–94, Fevereiro 2006.
- ATTWOOD, F. Sexualization, sex and manners. **Sexualities**, v. 13, n. 6, p. 742–745, Dezembro 2010.
- AVIRAM, H.; LEACHMAN, G. The Future of Polyamorous Marriage: Lessons from the Marriage Equality Struggle. **Harvard Journal of Law & Gender**, v. 38, p. 269–336, 1 jan. 2015.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **El normal caos del amor: Las nuevas formas de la relacion amorosa**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **La individualización: El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2003.
- BUTLER, J. **Giving an account of oneself**. New York: Fordham University Press, 2005.
- CARDOSO, D. **Amando vári@s - Individualização, redes, ética e poliamor**. Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação—Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- CARDOSO, D. Poliamor, ou Da Dificuldade de Parir um Meme Substantivo. **Interact**, n. 17, 1 mar. 2011.
- CARDOSO, D. **Polyamory: Attempting an identitary meta-narrative**. Apresentação em Conferência apresentado em Critical Social Psychology: Discourse, Materiality and Politics Conference. Barcelona, 8 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.danielcardoso.net/index.php/en/academiaen/confsen/85-enwebsite/academiaen/158-polycritsocpsy2013>>
- CASCAIS, A. F. O que é um dispositivo? In: CASCAIS, A. F.; NABAIS, N.; LEME, J. L. C. (Eds.). **. Lei, Segurança, Disciplina. Trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault**. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2009. p. 31–53.
- CASCAIS, F.; CARDOSO, D. “Loving Many”: Polyamorous Love, Gender and Identity. In: GARCÍA, N. DE H.; TSELIOU, M.-A. (Eds.). **Gender and Love: Interdisciplinary Perspectives**. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2012. p. 21–29.
- EASTON, D.; LISZT, C. A. **The Ethical Slut: A Guide to Infinite Sexual Possibilities**. [s.l.] Greenery Press (CA), 1997.
- ELLIOT, A.; DU GAY, P. Editors’ Introduction. In: ELLIOT, A.; DU GAY, P. (Eds.). **. Identity in question**. Thousand Oaks, California: SAGE Publications, 2009. p. xi–xxi.
- ELLIOT, A.; LEMERT, C. The Global New Individualist Debate: Three Theories of Individualism and Beyond. In: ELLIOT, A.; DU GAY, P. (Eds.). **Identity in question**. Thousand Oaks, California: SAGE Publications, 2009. p. 37–63.
- ENGELS, F. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução João Pedro Gomes. Lisboa: Avante, 1986.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A Vontade de Saber**. Lisboa: Relógio d’Água, 1994.
- FOUCAULT, M. **The Hermeneutics of the Subject: Lectures at the College de France 1981-1982**. New York: Picador, 2005.
- GIDDENS, A. **The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies**. Stanford, California: Stanford University Press, 1993.

- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1 out. 1988.
- HARITAWORN, J.; LIN, C.; KLESSE, C. Poly/logue: A Critical Introduction to Polyamory. **Sexualities**, v. 9, n. 5, p. 515–529, Dezembro 2006.
- KAUFMANN, J.-C. **The Single Woman and the Fairytale Prince**. [s.l.] Polity Press, 2008.
- KLESSE, C. Polyamory and its “Others”: Contesting the Terms of Non-Monogamy. **Sexualities**, v. 9, n. 5, p. 565–583, Dezembro 2006.
- MCNAIR, B. **Mediated Sex: Pornography and Postmodern Culture**. London: Hodder Education Publishers, 1996.
- MCNAIR, B. **Striptease Culture: Sex, Media and the Democratisation of Desire**. New York: Routledge, 2002.
- MINT, P. **Polyamory is not about the sex, except when it isfreaksexual**, 2008. Disponível em: <<http://freaksexual.wordpress.com/2008/01/31/polyamory-is-not-about-the-sex-except-when-it-is/>>. Acesso em: 6 dez. 2008
- PETRELLA, S. Ethical Sluts and Closet Polyamorists: Dissident Eroticism, Abject Subjects and the Normative Cycle in Self-Help Books on Free Love. In: RUMENS, N.; CERVANTES-CARSON, A. (Eds.). **Sexual politics of desire and belonging**. At the interface. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 151–168.
- PIEPER, M.; BAUER, R. Polyamory und Mono-Normativität. Ergebnisse einer empirischen Studie über nicht-monogame Lebensformen. In: MÉRITT, L. (Ed.). **Mehr als eine Liebe: polyamoureuse Beziehungen**. Berlin: Orlanda, 2005. p. 59–69.
- PLUMMER, K. **Telling Sexual Stories: Power, Change and Social Worlds**. New York: Routledge, 1994.
- PRECIADO, B. **Manifiesto contrasexual**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2011.
- RAMBUKKANA, N. Open Non-monogamies. In: RICHARDS, C.; BARKER, M. J. (Eds.). **The Palgrave handbook of the psychology of sexuality and gender**. [s.l.: s.n.]. p. 236–260.
- RITCHIE, A.; BARKER, M. “There Aren’t Words for What We Do or How We Feel So We Have To Make Them Up”: Constructing Polyamorous Languages in a Culture of Compulsory Monogamy. **Sexualities**, v. 9, n. 5, p. 584–601, Dezembro 2006.
- ROSA, B. Anti-Monogamy: A Radical Challenge to Compulsory Heterosexuality? In: GRIFFIN, G. et al. (Eds.). **Stirring it: challenges for feminism**. Feminist perspectives on the past and present. London ; Bristol, PA: Taylor & Francis, 1994. p. 107–120.
- ROSE, N. **Inventing Our Selves: Psychology, Power, and Personhood**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ROSE, N. **Governing the Soul: Shaping of the Private Self**. 2nd Revised edition ed. [s.l.] Free Association Books, 1999.
- RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (Eds.). **Culture, Society and Sexuality: A Reader**. 2. ed. New York: Routledge, 2007.
- SANTOS, A. C. Disclosed and Willing: Towards A Queer Public Sociology. **Social Movement Studies**, v. 11, n. 2, p. 241–254, 1 abr. 2012.
- SCHACHTER, E. P. Context and Identity Formation. **Journal of Adolescent Research**, v. 20, n. 3, p. 375–395, Maio 2005.

SCHERRER, K. S. Asexual Relationships: What Does Asexuality Have to Do with Polyamory? In: BARKER, M.; LANGDRIDGE, D. (Eds.). **Understanding non-monogamies**. Routledge research in gender and society. New York: Routledge, 2010. p. 154–159.

SMITH, C.; ATTWOOD, F. Lamenting sexualization: research, rhetoric and the story of young people's "sexualization" in the UK Home Office review. **Sex Education**, v. 11, n. 3, p. 327–337, ago. 2011.

THIDENBERG, K. There's no limit to your love – scripting the polyamorous self. **Journal für Psychologie**, v. 22, n. 1, 2014.

TWEEDY, A. E. Polyamory as a Sexual Orientation. **University of Cincinnati Law Review**, n. 79, p. 1461, 2011.

VASALLO, B. **Dismantling monogamy, far beyond the exclusivity issue**. Keynote Speech apresentado em 1st Non-Monogamies and Contemporary Intimacies. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NZBuhUc0Zi8>>. Acesso em: 28 jun. 2016

VEAUX, F. **The Map of Non-Monogamy, v.2.5.2**. Disponível em: <<http://www.xeromag.com/sexualinformatics/nonmonogamy2.5.2.gif>>. Acesso em: 16 maio. 2011.

WELLMAN, B. et al. An Electronic Group is Virtually a Social Network. 1997.

WELLMAN, B. Little Boxes, Glocalization, and Networked Individualism. In: TANABE, M.; BESSELAAR, P. VAN DEN; ISHIDA, T. (Eds.). . **Digital Cities II. Computational and Sociological Approaches**. Berlin: Springer-Verlag, 2002. p. 10–25.

WESP, J. **Re: proposal for alt.poly-amory**, 24 maio 1992. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!original/alt.config/xjKoQN_MWvs/Nl6YY56cI58J>. Acesso em: 1 out. 2016

WILKINSON, E. What's queer about non-monogamy now? In: BARKER, M.; LANGDRIDGE, D. (Eds.). **Understanding Non-Monogamies**. [s.l.] Routledge, 2010. p. 243–254.

WITTIG, M. The straight mind. **Feminist Issues**, v. 1, n. 1, p. 103–111, mar. 1980.

ZANIN, A. **The problem with polynormativity**. Disponível em: <<http://sexgeek.wordpress.com/2013/01/24/theproblemwithpolynormativity/>>. Acesso em: 27 fev. 2013.